

---

## **CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**

Ata da: **75ª Reunião**

Local: **SINDUSCONSP** — São Paulo - SP

Data **27.08.2019**

Início: **10:00 h**

Término: **12:30 h**

---

Presidente: **Fábio Villas Bôas**

Secretária Executiva: **M. Heloisa Pádua Lima de Assumpção**

---

### **1. PARTICIPANTES**

Fábio Villas Bôas – SINDUSCON SP – COMASP

Geraldo de Paula Eduardo – APEOP

João Victor Nery Nascimento dos Santos – SINICESP

Lilian Sarrouf – SINDUSCON SP

Marcos Moliterno – Instituto de Engenharia

Rodrigo Bicalho – SECOVI

Vladimir José Iszlaji – ABRAINC

Carlos Ferreira de Sousa – CETESB

Denize C. Cavalcanti – SMA - CPLA

Fabiano Toffoli – CETESB

Fernanda Nader - SMA – CPLA

Joao Luiz Potenza – CETESB

José Valverde – SIMA

Márcia Sayuri Ohba – CETESB

Maria Heloisa P. L. Assumpção – CETESB

Richard Hiroshi Ouno – CETESB

Rodrigo Passos Cunha - CETESB

Solange Medeiros Miranda – CETESB

### **2. ASSUNTOS TRATADOS**

Heloisa deu início à reunião apresentando o convidado Sr. José Valverde Machado Filho, assessor técnico em resíduos da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente- SIMA. Na sequência todos se apresentaram também.

Heloisa esclareceu que a ata da última reunião foi encaminhada a todos, por e-mail, consultou se alguém teria alguma contribuição e como não houve manifestação, a ata foi considerada aprovada.

O Sr. Valverde cumprimentou a todos em nome do Sr. Marcos Penido, Secretário da SIMA, e expressou a satisfação em estar no SindusConSP, citando que já teve contatos anteriores com o sindicato, em especial na concepção da Política Estadual de Resíduos Sólidos. Citou que o grande desafio é a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos e trazer modernidade para a gestão e o gerenciamento de resíduos no ESP. A SIMA se tornou uma secretaria robusta ao incorporar diversas secretarias e respectivos órgãos afetos aos temas recursos hídricos e saneamento, energia e mineração e ainda, meio ambiente.

Na sequência, Valverde fez uma apresentação onde mostrou os trabalhos do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, instituído pela Resolução SIMA 12/2019, sob sua coordenação, para trabalhar entre outros, a regionalização e as novas rotas tecnológicas e afirmou estar aberto o diálogo para a concepção de políticas e projetos para resíduos. Citou e descreveu as atividades que vem sendo desenvolvidas, no âmbito dos 6 grupos de trabalho do citado Comitê, a saber:

GT 1. Revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

GT 2. Regionalização e Consórcio

GT 3. Logística Reversa, Coleta Seletiva e Participação Social

GT 4. Planejamento e Controle de Operação em Aterros Sanitários

GT 5. Inovação Tecnológica para Tratamento de Resíduos Sólidos

GT 6. Educação Ambiental e Comunicação

Esclareceu ainda, a importância do tema Resíduos Sólidos, que passou a ser um dos programas do Plano Plurianual de Governo, com diferentes ações, e que existe um ambiente bem propício ao diálogo com os diferentes setores da sociedade.

Fabio comentou que sente falta de uma política que estimule a coleta seletiva em condomínios e que logística reversa é uma questão econômica, que para ser implantada tem que ser forçada. Citou o caso das tintas. Heloisa recomendou o contato com a Sra. Lia Demange, da Divisão de Logística Reversa e Gestão de Resíduos Sólidos, da CETESB.

Lilian citou a recente aproximação com o setor de atacado e varejo para melhoria da questão de resíduos. Sugeriu que poderia ser retomado o GT de Resíduos na CA Construção. Heloisa pediu para a Lilian elaborar uma proposta nesse sentido. Valverde citou a importância de fortalecer indicadores, estimular a utilização dos materiais e de agregados reciclados, inclusive utilizando material para divulgação dessa prática. Marcos citou a dificuldade de fazer reuso de resíduos devido à tributação.

Márcia, coordenadora do GT Solos, fez breve relato das 4 reuniões do GT. Esclareceu que após a reunião com o Sr. Marcos Vinicius, da Agência Nacional de Mineração - ANM, ficou clara a dificuldade, junto à Secretaria de Minas e Energia, em adotar solução semelhante ao que foi aceito para obras rodoviárias. O problema consiste em solo ser considerado um bem mineral. Esclareceu que foi efetuada uma análise jurídica da questão e propostas algumas possibilidades de solução. Na sequência o Sr. Vladimir fez uma apresentação das três possibilidades discutidas no GT, com seus prós e contras. As possíveis destinações para solo limpo são aterro, a própria obra e a reutilização em obras de terceiros, hipótese esta que está tendo problema em função do disposto no § 1º do artigo 3º do Código de Mineração, que veda a “comercialização” de recurso mineral sem autorização/licença da União. A ANM não tem estrutura para analisar essas autorizações em tempo compatível. Fabio citou que se o aterro receber solo e for vendê-lo terão o mesmo problema que as obras. Os três cenários discutidos são:

-Cenário 1 - Alteração do Código de Mineração – solução difícil se for ampla, talvez só alterar o § específico. Necessita exposição de motivos técnico e jurídico e Projeto de Lei ou Medida Provisória.

-Cenário 2 - Criação de Licenciamento Simplificado. Necessita boa interlocução a nível nacional e seria instituído por Resolução.

-Cenário 3 - Elaboração de Estudo Multidisciplinar. Necessita elaboração de argumentos sócio ambientais, econômicos e jurídicos e apresentação à AGU.

Rodrigo Cunha afirmou preferir o Cenário 3. Vladimir esclareceu que hoje o problema é pequeno pela falta de fiscalização, mas pode se avolumar e o ideal seria adiantar-se ao problema. Entretanto, se a AGU for contrária, pararia São Paulo. Existe o risco de algo que hoje esta nas sombras vir à tona. Rodrigo Bicalho afirmou que é preciso decidir se vale a pena adotar algum dos três cenários. Vladimir e Marcos manifestaram-se contra o Cenário 2 e favoráveis ao Cenário 1.

Márcia ressaltou que o GT deverá reunir-se para a conclusão dos trabalhos, propondo que fosse elaborado um texto fundamentado, sugerindo nova redação para o § 1º do artigo 3º do Código de Mineração e a juntando as outras manifestações favoráveis dos casos de rodovias.

João Potenza esclareceu que, após 2 anos parado, o Convênio com o SindusConSP foi aprovado pelos departamentos jurídico da CETESB, SIMA e SindusConSP. Recomendou que fosse feito um evento de lançamento do mesmo, juntamente com a Câmara Ambiental de Resíduos. Citou a implantação do SIGOR em Santos e São José do Rio Preto e, mais recentemente, em Sertãozinho e Bertioga. São José do Rio Preto está solicitando melhorias no sistema. Citou um projeto em paralelo para SIGOR, via celular, que seria para todos os tipos de resíduos em uma única plataforma, além de RCC. Que existem algumas frentes diferentes para isso em análise.

Hiroshi informou que foi criada a Câmara Ambiental de Resíduos que será secretariada pela Sra. Lia Demange e que está em formação a Câmara Ambiental de Áreas Contaminadas.

Rodrigo Cunha, coordenador do GT de Rodovias, esclareceu que com relação à revisão da resolução SMA 30/2000 foi resolvida a questão com a ANM, mas tendo em vista o grande tempo decorrido, efetuou nova reunião com todas as Concessionárias, DER e DERSA e que surgiram novos pontos a ajustar. O DER requer a responsabilidade de terceiros (empiteiras), além do DER. Irão agendar nova reunião para concluírem os trabalhos. A Resolução SMA 30/2000 é antiga, mas é de vanguarda, pois é autodeclaratória.

Denize, do GT de Sustentabilidade, informou que o GT não se reuniu. Que a idéia do GT era trabalhar critérios de sustentabilidade nos editais de obras do governo. Que existe uma minuta de edital que requer melhoria, pois só contempla algo superficial sobre RCC, CAD Madeira e amianto. Falta abordar entre outros, questões de energia, água e acessibilidade.

Heloisa esclareceu que o GT já foi reativado, teve a nomeação dos membros pela CETESB/SMA e que pode haver membros convidados, se desejável. Sugeriu dar andamento aos trabalhos e a reformulação da proposta de trabalho do GT e dos prazos. Lilian relatou que teve uma reunião do SindusConSP com o Eduardo Trani, subsecretario de Meio Ambiente para verificar o alinhamento do tema com a política de governo a saber: catálogos e editais de contratação, eficiência energética (energia fotovoltaica) e mudanças climáticas.

Denize pretende cobrar mais ação quanto ao CAD Madeira, pois alguns cadastros de empresas estão vencendo e não estão sendo renovados. Falou da importância de aproveitar a experiência do pessoal que trata de energia na SIMA.

A próxima reunião plenária da CA Construção foi agendada para 12.11.2019, às 10 h, em local a ser definido.

**Eng.º Maria Heloisa Pádua Lima de Assumpção**  
**Secretária da CA Construção**

---